

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.787.198 - PR (2018/0334046-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**EMBARGANTE** : LUIZ TIAGO PINTO  
**EMBARGANTE** : GERMANO FORNAZARI  
**EMBARGANTE** : ARY GARCIA  
**EMBARGANTE** : NILZENEIA PRADELLA  
**EMBARGANTE** : LEONICE GODOY NOGUEIRA  
**ADVOGADOS** : SÔNIA REGINA MARTINS DE OLIVEIRA - PR055208  
THIAGO MEREGE PEREIRA E OUTRO(S) - PR055207  
ANA CAROLINA SILVESTRE TONIOLO - PR059946  
**EMBARGADO** : OI S.A  
**ADVOGADOS** : ANA TEREZA BASILIO E OUTRO(S) - RJ074802  
BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442  
FERNANDA CARVALHO DE MIERES - RJ145184  
BRENO CONDE TAVARES - RJ197842  
BRUNO DI MARINO - RJ093384

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por LUIZ TIAGO PINTO e outros em face da decisão acostada às fls. 827-830 e-STJ, da lavra deste signatário, em que se proveu parcialmente o recurso especial, a fim de julgar extinto o feito, sem resolução de mérito.

Nas razões dos aclaratórios (fls. 833-836 e-STJ) os embargantes alegam a existência de erro material, ao argumento de que não se trata de ação cautelar de exibição de documentos, mas apenas de pedido incidental formulado no bojo de ação ordinária.

Impugnação às fls. 841-844 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

1. Inicialmente, ressalte-se que os embargos de declaração, conforme o disposto no artigo 1.022 do CPC/15, têm fundamentação vinculada às hipóteses legalmente previstas. Destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou, ainda, corrigir erro material. Não servem, no entanto, como meio de manifestação do inconformismo da parte com a decisão prolatada.

Citam-se, a título exemplificativo, os seguintes julgados: **EDcl no AgRg no Ag 1329960/SP**, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 19/10/2016; **EDcl no REsp 1597129/PR**, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 17/10/2016; **EDcl no AgRg na PET na Rcl 22.564/MS**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 18/08/2016.

No caso em tela, os embargantes alegam a existência de erro material, ao argumento de que não se trata de ação cautelar de exibição de documentos, mas apenas de pedido incidental formulado no bojo de ação ordinária.

Todavia, a decisão ora embargada foi expressa em afirmar que o entendimento firmado em sede de recurso repetitivo (REsp n. 982.133/RS) é também aplicável, nos termos da jurisprudência desta Corte, às ações ordinárias com pedido incidental de exibição de documentos.

Nestes termos, além do precedente já citado na decisão ora embargada, veja-se: **AgInt no REsp 1534368/DF**, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 23/10/2018; **AgInt no AREsp 1271960/DF**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018; **AgInt no REsp 1331352/RJ**, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 01/12/2016; **AgInt nos EDcl no AREsp 934.742/PR**, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 01/12/2016.

Assim, não há que se falar em omissão, sendo certo que a inconformidade da parte com a solução adotada não autoriza a oposição de aclaratórios.

Portanto, tendo a decisão embargada decidido de modo claro e fundamentado, apenas contrário aos interesses da parte embargante, não há de se falar em vício passível de correção por meio de embargos de declaração, mas sim pretensão meramente infringente, razão pela qual se impõe a sua rejeição.

**2.** Do exposto, rejeitam-se os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI  
Relator